



DOS IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS

Anexo I – Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro do Poder Executivo Municipal e suas Autarquias.

(Art. 17, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000)

Referentemente aos projetos de lei que tratam da revisão geral anual dos servidores da Administração Direta e das Autarquias municipais, dos reajustes dos Agentes de Relacionamento com o Cliente II e Leituristas da COMUSA, do vale-alimentação dos servidores ativos do Poder Executivo Municipal e das Autarquias municipais, e dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais, declara-se que estão em consonância com os preceitos legais.

O presente relatório de impacto orçamentário-financeiro, elaborado pela Secretaria Municipal da Fazenda, visa atender ao disposto na Constituição Federal (artigo 169) e Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente.

Este impacto é perfeitamente possível de ser absorvido pelo Poder Executivo Municipal e pelas Autarquias municipais.

Impacto Orçamentário e Financeiro Reajuste de Salários para 2018

Pessoal e Encargos Sociais Consolidado

Demonstrativo dos Limites – RGF Consolidado 2017		
Receita Corrente Líquida	656.552.904,66	
Despesa Líquida Pessoal	213.029.687,22	32,45%
Previsão 2018		
Receita Corrente Líquida	669.683.962,75	
Despesa Líquida Pessoal	219.002.704,22	32,70%
Reajuste abril		
Abril a Dezembro	2,0%	
Pessoal e Encargos Sociais	5.449.920,00	
Férias 1/3	78.360,00	
13º Salário	444.737,00	
Total Impacto Abril a Dezembro	5.973.017,00	
Auxílio Alimentação		
Abril a Dezembro	207.475,00	

As dotações orçamentárias referente a Pessoal, Encargos Sociais e Indenização de Auxílio Alimentação, possuem saldo orçamentário suficiente para atender ao reajuste proposto.


GILBERTO DOS REIS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA



Anexo II – Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro do Poder Legislativo Municipal
(Art. 17, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 101/2000)

Referentemente aos projetos que tratam da revisão geral anual dos servidores e subsídios da Câmara Municipal estão em consonância com os preceitos legais.

O presente relatório de impacto orçamentário-financeiro elaborado pela Diretoria Geral da Câmara Municipal, visa atender ao disposto na Constituição Federal (artigo 169) e Lei de Responsabilidade Fiscal (artigos 16 e 17), no que se refere à concessão de benefício e assunção de despesa de caráter continuado, respectivamente.

Este impacto é perfeitamente possível de ser absorvido pelo Poder Legislativo Municipal.

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO									
Número de Ordem: 01/2018.									
Data da Elaboração: Data da Elaboração: 14/05/2018									
A) SITUAÇÃO QUE EXIGE A DEMONSTRAÇÃO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO									
1) <input type="checkbox"/> Criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (LC 101, art. 16)									
2) <input checked="" type="checkbox"/> Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LC 101, art. 17)									
3) <input type="checkbox"/> Reconhecimento ou confissão de dívida (LC 101, art. 29, §1º)									
Descrição da Situação: Em atendimento ao requerimento expedido pela procuradoria para apresentação do cálculo de impacto orçamentário-financeiro da folha de pagamento desta Casa Legislativa, o qual propunha o reajuste de 2%.									
B) COMPENSAÇÃO OU ORIGEM DE RECURSOS CONFORME A SITUAÇÃO									
Espécies de Recursos:									
1) <input type="checkbox"/> Diminuição de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado									
2) <input checked="" type="checkbox"/> Previsão da despesa no orçamento e na programação financeira									
3) <input type="checkbox"/> Aproveitamento da margem de expansão das D.O.C.C.									
C) EM CASO DE SITUAÇÃO PREVISTA NO ART. 16 e 17 da LC nº 101/2000:									
1) Classificação orçamentária completa por onde vai correr a despesa:									
Fonte									
Valor									
Estrutura Programática									
3319011000000000 Venc. e Vantagens Fixas Pessoal Civil Livre 127.441,50									
3319013000000000 Obrigações Patronais Livre 15.988,10									
3319113000000000 Obrigações Patronais Livre 13.442,60									
2) Previsão na Lei de Diretrizes e no PPA:									
2. <input type="checkbox"/> Não									
2. <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Número da ação (projeto/atividade) LDO e PPA:									
D) IMPACTO FINANCEIRO									
Programação de pagamentos:									
Situação Contábil no sistema financeiro:									
Meses									
Ano Corrente									
1º ano									
2º ano									
Vínculo: Livre									
1. 2.537.032,83									
2. 1.255.555,66									
3. 1.281.477,17									
4. 11.594.685,39									
5. 8.678.704,07									
6. 4.197.458,49									
7. 17.847.248,00									
8. 13.796.603,33									
9. 18.204.190,92									
10. 14.072.535,40									
11. 12.379.756,68									
12. 11.801.876,72									
Soma									
156.672,20 207.855,66 213.052,10 (-) gastos impacto = situação projetada									
E) ANÁLISE QUANTO AOS GASTOS TOTAIS E FOLHA DE PAGAMENTO:									
Receita Corrente Líquida Arrecada no mês de referência e nos onze anteriores:									
651.218.719,65									
Total das Despesas de Pessoal nos últimos doze meses:									
9.532.150,88									
Percentual de gastos totais, segundo o Relatório de Gestão Fiscal:									
1,46%									
F) ANÁLISE DA REPERCUSSÃO NA DESPESA COM PESSOAL:									
Receita Corrente Líquida Estimada para o exercício:									
665.808.018,97									
Despesa total com pessoal projetada para o final do exercício:									
9.689.023,08									
Percentual da despesa com pessoal projetada para o final do exercício:									
1,46%									
G) COMPATIBILIDADE AS METAS FISCAIS									
O objeto desta estimativa de impacto não afeta os resultados nominal e primário, fixados, respectivamente, para o exercício corrente. A despesas aqui mencionadas encontram suporte na Ação 2001 – Manutenção dos Serviços da Câmara de Vereadores. Observa-se que a inflação para o período fechou em 2,24%, enquanto que o reajuste de salário ofertado é de 2%. Logo, tal correção não alterará o percentual de gastos com pessoal, em consonância com artigo 53, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000									

Juliana Michellon
Juliana Michellon

Presidente da Casa Legislativa

Nota Explicativa: Para o cálculo de Repercussão na Despesa de Pessoal, a Receita Corrente Líquida foi corrigida em 2,24%, conforme Índice Inflacionário; e, para a realização do cálculo, na despesa de pessoal foi aplicado o percentual 2% de reposição, conforme proposta.

RACHEL TOMASI DE MELO

DIRETORA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL

www.novohamburgo.rs.gov.br

Centro Administrativo Leopoldo Petry | Rua Guila Lopes, 4201 - B. Canudos - 93548-013 | Novo Hamburgo - RS - Fone: (51) 3594.9999


"Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente. I Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA."



Anexo III – Declaração do Ordenador de Despesas

Em cumprimento às disposições do art. 16, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e da Lei Federal nº 4.320/1964, declaramos que os gastos com pessoal e encargos sociais, e o custo com as presentes leis, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (artigo 169, § 1º, da Constituição Federal); tem dotação suficiente na Lei do Orçamento Anual para o pagamento no exercício (artigo 169, § 1º, da Constituição Federal); e atende às condições e limites de despesas com pessoal, fixados na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Novo Hamburgo, 16 de maio de 2018



FÁTIMA DAUDT
Prefeita



Anexo IV – Declaração do Ordenador de Despesas

Em cumprimento às disposições do art. 16, II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e da Lei Federal nº 4.320/1964, declaramos que os gastos com pessoal e encargos sociais, e o custo com as presentes leis, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (artigo 169, § 1º, da Constituição Federal); tem dotação suficiente na Lei do Orçamento Anual para o pagamento no exercício (artigo 169, § 1º, da Constituição Federal); e atende às condições e limites de despesas com pessoal, fixados na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Novo Hamburgo, 16 de maio de 2018

FELIPE KUHN BRAUN
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores